

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo

Class.: PIO Geral CB

Data: 24.01.79

Pg.: 18

Olimpio Serra é demitido da Funai

Da sucursal de
BRASÍLIA

O etnólogo Olímpio Serra, afastado, no final do ano passado, da direção do Parque Nacional do Xingu por ter discordado da filmagem de uma novela para a televisão foi, ontem, demitido da Funai "por indisciplina" depois de ter concedido entrevistas à imprensa defendendo a política que vinha aplicando no Parque. Ao comentar a demissão, Olímpio afirmou que o ato administrativo assinado pelo presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, "pelo menos é coerente com a sua administração, que se desfez de médicos, antropólogos e indigenistas de inegável dedicação e eficiência".

Olimpio cita, entre os indigenistas desligados da Funai, Irineu Castro, Ramilton Souto Lemos, Franklin Roosevelt, Gois da Silva, José Alfredo Guimarães, Carlos Moreira Neto, David Price, Kennety Taylor, Peter Silverwood Cope, Celina Braga, Iara Ferraz, Eni de Oliveira, Gilberto Azanha e Oswaldo Baltazar. "Já estava difícil permanecer fora da lista tão ilustre — ressaltou — e, o que é mais grave, em companhia de um torturador de índios." Embora não cite em sua nota, Olímpio Serra acusa diretamente o delegada da Funai em São Luís, no Maranhão, José Perfect, acusado de ter torturado um índio *gusajara*, fato que motivou a abertura de um inquérito na Funai.

"O meu afastamento — prosseguiu — é coerente, também, com a participação do general na crise do Parque Nacional do Xingu, quando se observou a já comentada inversão de papéis entre comandante e comandado, cabeça e membros inferiores, general e sargento. Inversão esta que o general

Ismarth consumou até as últimas consequências."

FUNAI JUSTIFICA

O presidente da Funai, por sua vez, ao justificar a demissão de Olímpio Serra, disse que o ex-diretor do Xingu foi reincidente cometendo uma falta disciplinar. "A primeira causou o seu afastamento do parque, quando ele enviou um radiograma injurioso à Funai protestando contra a filmagem da novela. Desta vez ele desobedeceu a uma ordem da Funai que proibiu, desde quarta-feira passada, que qualquer funcionário se pronunciasse sobre a política indigenista. Olímpio, no entanto, escreveu um artigo, assinado para um jornal de Brasília, desrespeitando a orientação." Os jornalistas



Arquivo

Olimpio Serra

perguntaram ao general se Olímpio não teria o direito de defender-se das sérias acusações que lhe foram feitas por meio da imprensa, pelos Villas Boas, Apoena Meirelles e por um jornalista carioca. O general disse que não, acrescentando que somente a ele cabe responder às críticas feitas a funcionários seus.

A propósito da demissão de Olímpio Serra, o

Conselho Indigenista Missionário distribuiu nota afirmando que a exclusão do antropólogo dos quadros da Funai constitui "uma arbitrariedade ditada por interesses escusos".

"A princípio — diz a nota — se falou em disciplina, justamente numa época em que Olímpio denunciava o projeto de emancipação como genocídio indolor" depois falou-se em incapacidade, desleixo, e incompetência. Olímpio respondeu serenamente, como poucos antropólogos e sertanistas brasileiros tiveram a glória de responder: pela boca do índio".

"Pela conduta digna e altiva dos índios do Xingu no episódio da imposição de Apoena Meirelles na direção do parque — prossegue —, está-se consumando mais uma arbitrariedade, mais uma iniquidade da política indigenista oficial. Não sabemos a quem cabe a vitória, se a Orlando Villas Boas, ao general Ismarth, ao projeto de emancipação de Rangel Reis, etc, contudo, sabemos perfeitamente a quem cabe a derrota: ao índio."

A Comissão Pro-Índio São Paulo e Brasília também se manifestaram, afirmando que a demissão está ligada às declarações que o etnólogo fez ao jornal de Brasília, "em resposta as acusações infundadas e mal-intencionadas referentes ao seu trabalho no Xingu, publicadas pela revista Isto é, de autoria do jornalista Edilson Martins. A comissão — diz a nota — expressa o seu repúdio a mais este ato de arbitrariedade, bem como ao fato de decisões que afetam diretamente as comunidades indígenas, serem tomadas à revelia dos índios, e sem uma avaliação bem fundamentada das situações específicas."